



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 46 Setembro - Dezembro de 2024



MULHERES NAS SOMBRAS DA FILOSOFIA DO RENASCIMENTO E ALGUNS LAMPEJOS DE RESISTÊNCIA

Flávia Benevenuto¹

UFAL

RESUMO: A inquietação que caracteriza essa investigação é a suspeita de que o período do Renascimento, conhecido pelo florescimento da ciência, da arte e da cultura, pelos pensadores humanistas e por uma filosofia voltada ao tema da liberdade política, tenha se aberto pouco, ou quase nada, às mulheres. Na filosofia, se nos dirigimos ao debate político do período nos deparamos com um discurso que toma a ideia de igualdade como pressuposto para se pensar a liberdade política. De fato, as questões em torno do tema do republicanismo versavam, em grande medida, sobre a maior ou menor participação popular. No entanto, esses âmbitos de debate não parecem passar pelo tema da inclusão das mulheres em nenhum âmbito do espaço público. As demandas femininas sequer podiam ser postas nos mesmos termos do debate característico do período. Assumindo como referencial teórico a historiadora do Renascimento Margaret King, pretende-se vislumbrar as questões próprias do período pela perspectiva das mulheres. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é investigar em que medida o período que reconhecemos na filosofia como Renascimento viabilizou (ou não) a inclusão de mulheres no espaço público e no debate filosófico. Procuraremos investigar essas questões a partir dos questionamentos filosóficos feitos por Christine de Pizan (1364-1430) em sua obra *'A Cidade das Damas'*, principalmente a partir da denúncia de uma voz unívoca contra as mulheres, perpassando o período do Renascimento até chegarmos aos escritos de Arcangela Tarabotti (1604-1652), e seu tratado intitulado *'Tirania Paterna'*.

PALAVRAS-CHAVE Mulheres, Filósofas, Renascimento

ABSTRACT: The restlessness characterizing this inquiry stems from the suspicion that the Renaissance period, renowned for the flourishing of science, art, and culture, humanist thinkers, and a philosophy centered around political freedom, may have offered little, if anything, to women. In philosophy, delving into the political discourse of the period reveals a discussion that takes the idea of equality as a prerequisite for contemplating political freedom. Indeed, debates around republicanism largely revolved around the extent of popular participation. However, these realms of discussion seemingly bypass the issue of the inclusion of women in any aspect of the public sphere. Women's demands could not even be framed in the same terms as the characteristic debates of the period.

¹ Professora Adjunta do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas da UFAL. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFS. Doutora em Filosofia UFMG, com estágio de doutoramento (doutorado sanduíche) pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS-Paris, 2008-2009). Pós-Doutorado em Filosofia pela USP (2013) e pela UFMG (2022). Atualmente, é membro de sustentação do Grupo de Trabalho: Ética e Filosofia Política do Renascimento da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF. Coordena o Grupo de Pesquisa Ética e Filosofia Política da UFAL.

Drawing on the theoretical framework of Renaissance historian Margaret King, the aim is to glimpse the issues specific to the period from the perspective of women. In this sense, the objective of this work is to investigate to what extent the period recognized in philosophy as the Renaissance facilitated (or not) the inclusion of women in the public sphere and philosophical discourse. We will explore these questions based on the philosophical inquiries made by Christine de Pizan (1364-1430) in her work *'The City of Ladies'*, especially through the denunciation of a univocal voice against women. This investigation spans the Renaissance period until we reach the writings of Arcangela Tarabotti (1604-1652) and her treatise titled *'Patriarchal Tyranny.'*

KEYWORDS: Women, Philosophers, Renaissance

Pensar o período do Renascimento normalmente nos leva diretamente ao esplendor e exuberância da pintura e escultura dos grandes artistas do período². Ou às descobertas de Leonardo da Vinci, Copérnico e Galileu³. Na filosofia nos conduz também aos chamados pensadores humanistas e no debate específico da filosofia política, a temas como igualdade e liberdade. O tema da vida ativa é posto em contraposição ao da vida contemplativa e, ao assumir a vida ativa, a vida na cidade como tema filosófico, igualdade e liberdade vão, aos poucos, ganhando protagonismo no debate próprio do Renascimento⁴. O rompimento com as ideias do período imediatamente anterior é posto e defendido paulatinamente. No que diz respeito ao tema das formas de governo, abre-se espaço à investigação crítica e, com ela, a um novo referencial teórico. Busca-se nos textos dos Antigos, principalmente a partir dos originais traduzidos com rigor a partir de então, outras perspectivas para pensar a vida civil. A pergunta que parece se colocar é se esse novo olhar para a vida civil modifica em algum aspecto a maneira como as mulheres são compreendidas.

Tendo tudo isso em vista, nosso ponto de partida é a afirmação de Christine de Pizan sobre o que ela considera ser uma voz unívoca contra as mulheres. Eu a cito: “filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar à conclusão de que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício” (PIZAN, 2012, p. 58-59). A pergunta, posta no livro *Cidade das Damas*, que começou a circular em 1405, diz muito sobre os filósofos que a antecederam⁵. Seria possível afirmar alguma mudança de perspectiva no período imediatamente posterior ao seu texto? Os novos ares do renascimento teriam melhorado o tratamento dispensado às mulheres ou as inserido de

² Sobre a cultura do Renascimento ver BURCKHARDT, 2009. Sobre o debate dos humanistas em torno da arte ver BRANDÃO, 2000.

³ Sobre os humanistas italianos ver GARIN, 2005.

⁴ Sobre o tema da continuidade ou descontinuidade entre o modo de se compreender a política no período medieval e no renascentista ver BIGNOTTO, 2001.

⁵ Tratamos o tema a partir da obra *Cidade das Damas* de Christine de Pizan em BENEVENUTO, 2021.

alguma forma no espaço público? Esse longo e profícuo debate político em torno de temas como igualdade e liberdade foram capazes de abrir algum espaço às mulheres na vida pública, ou seja, na vida ativa, ou, em termos mais explícitos, de ampliar em algum aspecto a atuação das mulheres no espaço público, nas decisões da cidade?

Se optarmos por percorrer a história da filosofia já podemos prever a resposta. Maquiavel, pensador que defende a República como melhor forma de governo porque, para ele, ao submeter todos às mesmas leis e instituições, pressupõe-se a igualdade que é a condição para a liberdade política. No *Príncipe*, de 1513, escrito um século após a *Cidade das Damas* de Christine de Pizan, Maquiavel articula o par conceitual *virtù* e fortuna a partir de uma questão de gênero⁶, já que o termo *virtù* se relaciona, em suas primeiras acepções, à ideia de virilidade e o termo fortuna tem por referência uma deusa romana. Em uma de suas passagens mais críticas, o autor se vale do sexo da Fortuna para afirmar que “a fortuna é mulher, e é necessário para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la” (MAQUIAVEL, 2004, p. 122). A passagem norteia uma ideia de submissão e faz referência à violência física habitual do período, tal como procuraremos mostrar mais adiante. Do ponto de vista conceitual, ele associa a *virtù*, que porta a ideia de virilidade e, portanto, firmeza; e a opção à *fortuna* que pode ser compreendida pela ideia de contingência, de imprevisibilidade⁷.

Parece inútil percorrer aqui outros exemplos do período, pois fazem eco à voz contra as mulheres mencionada por Christine de Pizan. A questão que se põe parece poder ser formulada da seguinte maneira: o que corrobora esse discurso? O que dispõe pensadores inseridos em um contexto humanista de debate de soluções políticas fundadas na igualdade e liberdade a fazerem coro a essa voz unívoca contra as mulheres? Quais são os critérios filosóficos dessa desigualdade que impossibilitaria a liberdade? Não há aqui uma pretensão de responder inteiramente essa pergunta. Não há resposta simples a essas questões, enfrentá-las é uma tentativa inicial de identificação do problema. E o problema é que há um discurso, muito consolidado e perene. Naquilo que diz respeito à filosofia, o que fundamenta esse discurso?

Partimos da hipótese de que o principal fundamento desse discurso é a ideia de natureza, compreendida no sentido de necessidade. A concepção de natureza no Renascimento correspondia, em grande medida, à *physis* helênica, pressupondo as

⁶ Sobre a relação de gênero posta no par conceitual *virtù* e fortuna, ver PITKIN, 1999.

⁷ Tratamos especificamente o tema da fortuna em Maquiavel em BENEVENUTO, 2014. Também tratamos o tema da *virtù*, assim como sua relação com a fortuna em BENEVENUTO, 2016.

determinações da natureza em acontecimentos necessários. A essa causa principal interessa-nos pensar dois outros elementos, em certo sentido derivados de uma certa concepção da natureza das mulheres; a autonomia (ou falta dela) que interfere na ideia de vontade, tomada inicialmente associada à escolha e que parece poder ser pensada também como arbítrio. E, por fim, o problema da propriedade. Essas são as questões que orientam uma tentativa inicial de pensar a consolidação de um discurso misógino⁸ em um período reconhecido justamente por discutir novas formas de governo para além da monarquia e de compreender a ideia de igualdade como pressuposto para a liberdade política.

Desse modo, partimos dessa hipótese inicial de que o fundamento principal desse discurso contra as mulheres é a ideia de natureza. Essa ideia parece se consolidar a partir das especificidades do corpo feminino, sobretudo pela capacidade de gerar em seu corpo um novo ser humano. De fato, no período medieval, as mulheres não são identificadas pelo seu papel social ou pelo seu trabalho, elas são identificadas pelas suas funções corporais (LE GOFF, 1989, p. 21-22). Margaret King, ao se dedicar especificamente às *Mulheres no Renascimento*⁹, percorre as trilhas à margem da história¹⁰ para, pelo menos em seu objeto de investigação, colocar as mulheres em um lugar de centralidade. Seu ponto de partida não parece muito distinto do que havia sido observado por Le Goff, que já mencionava o papel do que ele chamou de “ordem familiar” (LE GOFF, 1989, p. 22). Margaret King parte de questões que parecem se inserir nessa ordem. O recorte feito por ela nos direciona às mulheres da Europa Ocidental e Inglaterra entre 1350 e 1650. A abordagem é típica daqueles que pretendem investigar os que ficaram à margem da história ou foram excluídos dela, os arquivos. A eles King acrescenta os textos dos filósofos, moralistas, teólogos, médicos e toda sorte de intelectuais que se dispuseram a escrever especificamente sobre as mulheres ou sobre essa ordem familiar já apontada por Le Goff.

A primeira constatação que queremos destacar diz respeito às mulheres camponesas, acima de tudo trabalhadoras. Margaret King recupera documentos que mostram a divisão das terras de cultivo, por exemplo, entre filhos solteiros e casados. Os casados recebiam o dobro da área de terra recebida pelos irmãos solteiros. Quem trabalharia nessas terras?

⁸ Optamos por utilizar o termo “misógino” por se tratar da consolidação de um discurso sexista que defende a inferioridade da natureza feminina. Sabemos que o termo consta no dicionário de Oxford desde 1656 e acompanhamos os pesquisadores que defendem que a ideia que define o termo, ódio e desprezo às mulheres, o antecede. Sobre o tema ver MOTERANI; CARVALHO, 2016.

⁹ Todas as traduções são nossas.

¹⁰ Sobre os excluídos da história ver também PERROT, 2017.

Não dispensadas dos trabalhos mais pesados no campo, as mulheres cortavam, capinavam, rastelavam feno, lançavam esterco, semeavam, colhiam e catavam. Elas cuidavam do gado, cuidavam das aves e recolhiam os ovos, ordenhavam vacas e transportavam baldes, plantavam e processavam linho e cânhamo, que lavavam, batiam, fiavam e teciam para fazer camisas e produtos de mesa, tosquiavam as ovelhas e fiavam e teciam lã para capas e cobertores, e cuidavam da horta para ervas e vegetais que depois cozinhavam. (KING, 1991, p.62)

Apesar do trabalho árduo das mulheres, reconhecido pelos patriarcas no momento de divisão das terras, diferentemente dos homens, “as mulheres trabalhadoras eram classificadas não por ofício ou nível de habilidade, mas em termos de sua relação com um patriarca masculino ou empregador: esposas e filhas, viúvas, criadas” (KING, 1991 p.24). A existência das mulheres era compreendida a partir da família e, sobretudo, a partir do seu corpo, mais especificamente, das funções apropriadas à idade do seu corpo, e às expectativas que eram impostas às mulheres em cada fase de suas vidas. Isso resume basicamente a filhas, esposas e viúvas¹¹.

A segunda constatação, partindo de documentos do início do período do Renascimento, é que as mulheres não eram propriamente o que chamamos hoje de sujeito jurídico. Basicamente, os crimes considerados femininos são a bruxaria¹² e o infanticídio. Nas palavras de King, “no direito penal de muitas localidades, ‘as mulheres não existiam’: outros delitos cometidos por mulheres deveriam ser, por mais alguns séculos, legalmente responsabilidade de seus pais ou maridos” (KING, 1991, p.10). Isso mostra que, do ponto de vista da comunidade política, as mulheres não eram seres autônomos, capazes de se responsabilizarem por suas ações. E esse parece ser o primeiro problema derivado de uma ideia de natureza que define a mulher pelo corpo.

Em uma realidade em que as mulheres passavam uma parte considerável de suas vidas grávidas e que a quantidade de crianças geradas era grande, o infanticídio era um problema. De acordo com Margaret King, onde as mulheres trabalhavam e um exemplo disso são as aldeias camponesas:

¹¹ Sobre o tema das mulheres trabalhadoras, Silvia Federici defende que o *trabalho oculto* das mulheres tem uma profunda relação com a forma como o capitalismo se consolidou. Ela se refere sobretudo ao trabalho doméstico, sem deixar de identificar outras formas de trabalho, como o mencionado no texto de King. Sobre o tema ver FEDERICI, 2019.

¹² Silvia Federici vê, no processo de transição feudal ao capitalismo, uma relação intrínseca ao tratamento dispensado às mulheres. Sobre o tema ver FEDERICI, 2017.

a doença e a privação mataram muitos bebês, mas a raiva e a negligência também. (...) Crianças pequenas, ativas e sem supervisão, estavam propensas a se afogar em poços, queimarem-se com chaleiras ou serem esmagadas por cavalos que passavam. As crianças costumavam dormir em camas de adultos, e mães e pais exaustos, inconscientes, embriagados, hostis ou desesperados frequentemente rolavam sobre elas e as sufocavam. (KING, 1991 p. 8)

O processo de urbanização que acontece no Renascimento¹³ intensificou o infanticídio, principalmente por causa da maior proximidade das pessoas e do problema dos filhos ilegítimos. O que nos interessa aqui é que, para esse crime especificamente atribuído às mulheres, “a punição era inequívoca e severa. O infanticídio era punido com a morte: frequentemente por um meio (afogamento, queimação) muito mais doloroso do que o normalmente utilizado no caso de um criminoso masculino (enforcamento, decapitação)” (KING, 1991, p. 10). Essa passagem suscita ao menos duas inquietações. A primeira delas é a tipificação do crime. Cuidar de crianças era uma atribuição das mulheres e isso fazia do infanticídio um crime especificamente feminino. A segunda é a severidade da pena, notadamente mais dolorosa que as penas aplicadas aos crimes masculinos.

O problema maior, no entanto, parece dizer respeito à exclusão das mulheres do âmbito do direito. Exceto pelo infanticídio e pela bruxaria, as penas consequentes de outros crimes eventualmente cometidos por mulheres recaíam sobre seus pais ou maridos. Ou seja, do ponto de vista do direito penal, as mulheres não eram consideradas responsáveis por suas ações. Isso mostra que a estrutura familiar (ou a *ordem familiar*, para usarmos o termo de Le Goff), negava às mulheres qualquer tipo de autonomia, submetendo-as à tutela dos homens da família. Precisamos observar que se isso é perceptível pela normatividade específica do período, no âmbito familiar, no qual se desenvolvia praticamente todos os aspectos da vida das mulheres, o problema da falta de autonomia parece ainda mais grave.

Elas não arbitravam sobre nada, nem sobre o próprio corpo. Um exemplo disso era, no caso das mulheres ricas, como funcionavam os acordos em torno das amas de leite. Antes, eu gostaria de mencionar que há uma infinidade de textos escritos por homens que recomendam a amamentação materna. Portanto, “a recusa das mulheres da elite em amamentar ia contra uma esmagadora quantidade de conselhos de médicos, humanistas e padres, baseados em autoridades tão antigas e honradas como Aristóteles e Plutarco” (KING, 1991, p.13). À voz dessa tradição humanista se unem católicos e protestantes, e o tema da amamentação é

¹³ Sobre o processo de urbanização que acontece no período do Renascimento ver CARDOSO, 2017.

recorrente nos sermões e pregações (KING, 1991, p.13). O problema é que a falta de autonomia das mulheres percebida no âmbito do direito era mais destacada em suas vidas cotidianas. Os conselhos suscitados nos tratados morais não tinham efetividade no ambiente familiar. Em casa o que prevalecia era a vontade do marido. Desse modo, a decisão sobre amamentação dos próprios filhos não é das mulheres. O contrato da ama de leite é feito entre o marido que pode pagar pelo serviço e o marido que oferece o corpo de sua mulher ao serviço requerido. De acordo com a historiadora, “muitas vezes, eles [os homens da nobreza] não aprovavam a aparência de uma mãe amamentando” (KING, 1991, p.14). Além disso, do ponto de vista médico, o período da lactação era considerado um período de preservação do corpo da mulher e, para terem acesso aos corpos das mulheres, maridos que podiam pagar uma ama de leite optavam frequentemente por se livrarem do bebê. Essa era uma decisão do marido, que não passava pela escolha mulher, reconhecida no ceio da família como ser não autônomo.

O discurso que pressupõe a supressão da vontade das mulheres pela vontade de seus maridos tem consequências. Sabemos que uma criança pequena requer muitos cuidados e que a ama de leite tinha, incontornavelmente, outras crianças para cuidar, de modo que a consequência do envio da criança à ama de leite poderia resultar até mesmo na morte da criança. A esse respeito, Margaret King afirma que

o costume de enviar os bebês das classes altas para amas de leite por vários anos resultou em uma tristeza e mortandade ao longo de vários séculos. A ausência de afeto materno (ou de qualquer outro tipo) pode ter sido um fator nas mortes de infantes pelas mãos das amas de leite; assim como a falta de afeto consistente de uma figura única tem um impacto negativo em bebês e crianças nos dias de hoje. Longe, no campo, as crianças raramente eram visitadas, embora os pais fossem aconselhados pelos autores de manuais a supervisionar seu bem-estar (KING, 1991, p.17).

Parece que o alcance desses manuais coincidia com o que era mais conveniente aos homens da época. King suscita os escritos de Juan Luis Vives, sobretudo *A Instrução de uma Mulher Cristã* (1523) que, apesar de defender que as mães amamentassem seus bebês e supervisionassem as crianças, concebe as mulheres a partir das especificidades do seu corpo, dedicando cada parte de seu tratado “a cada uma das três fases da vida de uma mulher: juventude até o casamento, vida doméstica casada e viuvez” (KING, 1991, p.23-24). De modo que o problema da determinação da mulher pela natureza do seu corpo é marcado nos

mesmos manuais que fazem recomendações que não eram arbitradas pelas mulheres e, no mais das vezes, por isso mesmo, não podiam ser efetivadas.

A impossibilidade de conceber as mulheres como dotadas de autonomia as coloca em um lugar de total submissão e o discurso dos pensadores no período do Renascimento marca e reforça esse lugar. Sobre eles, King afirma que “enquanto os portadores de ideias — pregadores e teólogos, filósofos e médicos, advogados, humanistas e poetas — definiam os homens em termos de sua atividade mundana, eles definiam as mulheres em termos de seu papel sexual” (KING, 1991, p. 23). Esse parece ser o discurso subjacente ao tratamento dispensado às mulheres. Elas cumprem o papel determinado pela natureza, inescapável e expresso em seus corpos.

Filha, mãe, viúva; virgem, matrona, anciã: essas eram as possibilidades que cercavam o sexo feminino. Muito poucas, por um ato de vontade ou fortuna, escapavam da dança interminável cujo modo era determinado pelo sexo e cuja medida eram os anos: muito poucas que, trapaceando a natureza, entravam no serviço de Deus, e um número ainda menor que se juntava à busca ainda mais solitária das palavras, das imagens ou do poder. (KING, 1991, p. 24)

Mais adiante eu me dirijo às mulheres que *trapacearam a natureza*, já adianto que são exceções. A maioria estava submetida às determinações da natureza, expressas sobretudo no corpo, nas funções corporais. No período do Renascimento, quando nascia uma menina, ela era recebida no mundo de forma indesejada. De acordo com Margaret King, “consideradas lentas até mesmo no útero, as meninas eram geralmente vistas como produtos de concepções ‘inferiores’. Sua suposta inferioridade era correspondida por deficiências na criação. Elas eram deixadas sem serem saudadas e sem serem notadas” (KING, 1991, p. 25). Essa passagem é interessante porque nós estamos hoje estudando pensadoras que foram invisibilizadas ao longo da história e o que a historiadora mostra é que essa era a condição das mulheres ao longo do Renascimento. Problemas graves são consequentes desse lugar de invisibilidade: “as meninas eram abandonadas com mais frequência”; “eram mais frequentemente vítimas de infanticídio”; “recebiam menos comida e morriam de inanição com mais frequência”; “e reclamavam menos”. “Filhas representavam um problema persistente” (KING, 1991, p. 25). A preocupação com o casamento era precoce, perpassava uma idade que hoje nós consideramos como parte da infância e adolescência. O dote era uma

expressão da situação econômica da família e a figura patriarcal tinha a incumbência de negociar suas filhas. Margaret King menciona documentos em que as mulheres são tratadas como mercadorias do início do Renascimento ao século XVII (KING, 1991, p. 33). As mulheres eram propriedades dos homens. Eram peças-chave movidas de acordo com o interesse dos homens de suas famílias.

O que se pode perceber é que entre a denúncia de Christine de Pizan em 1405 e o decorrer dos séculos seguintes, o problema parece se intensificar. O debate que verte luz sobre temas como igualdade e liberdade em termos políticos repensa as melhores formas de governo da cidade e o faz de modo a manter as mulheres restritas ao âmbito particular. Desse modo, os debates renascentistas não fomentaram iniciativas mais práticas que pudessem viabilizar a participação das mulheres no âmbito público. Enquanto discutiam formas de governo capazes de garantir a liberdade política com seus pares muito pensadores, paralelamente, defendiam em seus textos justificativas da submissão natural das mulheres que parece, naquele período, não constituir uma contradição, ao menos da perspectiva dos autores homens. Se nos dirigimos aos textos escritos por mulheres nesse período, é possível perceber que o debate em torno da liberdade aparece em seus escritos e é suscitado em termos de equidade entre homens e mulheres, embora não se valha desse vocabulário. Mais adiante procuraremos apresentar essa especificidade dos textos das mulheres que escreveram no Renascimento, identificando, ainda que de forma breve, a discrepância entre a perspectiva da visão de mundo delas em relação ao discurso construído e difundido contra o sexo delas.

Faz-se necessário reconhecer que as vozes contra as mulheres reforçam as dimensões do coro e da entonação. Do ponto de vista mais prático, o discurso difundido contra as mulheres repercute e tem consequências na vida cotidiana das mulheres. O problema apontado pela historiadora passa pela questão da propriedade e pelo fato de que as mulheres no Renascimento vão perdendo, pela progressiva alteração das leis, o acesso aos seus próprios bens. Mesmo as mulheres ricas, que tinham propriedades significativas, vão perdendo o direito de administrá-las ao longo do período do Renascimento. O dote é o meio de transmitir a riqueza do pai para seus herdeiros masculinos, ou seja, seus netos (homens). Assim, “durante sua vida, tanto o dote quanto a renda de juros seriam administrados por seu marido” (KING, 1991, p. 49). King encontra documentos que atestam que as roupas das mulheres pertenciam ao marido e, cotidianamente, informavam a condição social do marido, ou da família se quisermos reproduzir os termos da época. Joias e qualquer tipo de adorno eram propriedade do marido e emprestados à mulher que deveria usar, de bom grado, o que o

marido compreendesse que melhor representaria o status social da família. Essa era a situação das mulheres abastadas, no caso das outras as condições pioram. Tendo suas tarefas designadas por seus maridos, as mulheres atuam de modo a participarem dos meios de sobrevivência da família. Seu trabalho, no entanto, não tinha o mesmo valor ou reconhecimento e, nesse contexto, as mulheres estavam mais para serviçais de seus maridos do que para trabalhadoras e, menos ainda, companheiras (KING, 1991, p. 51). O lugar onde as mulheres podiam vislumbrar alguma liberdade, principalmente relacionada à sua propriedade, era na viuvez. King mostra que “nas classes de artesãos e mercadores, ela podia esperar continuar o comércio do marido, já que era realmente o comércio da família, e ela sem dúvida contribuíra para o seu aprimoramento desde o início” (KING, 1991, p. 56). Percebe-se que o período do Renascimento vai aos poucos contribuindo para a instituição de leis que restringiam essa liberdade mínima antes vislumbrada pelas viúvas. King apresenta as viúvas afirmando que elas “eram numerosas durante o Renascimento: sobreviventes de casamentos em que as mulheres eram jovens e os homens maduros” (KING, 1991, p. 60-61). A historiadora mostra (KING, 1991, p. 56-62) o aparecimento de normativas que submetiam às viúvas primeiro a algum homem da família, pai ou irmão, que pudesse administrar sua propriedade. Ao ponto de, em algumas localidades, a instituição de novas leis culminarem na imposição de tutor determinado pelo poder público. Assim, no caso de viúvas desprovidas de familiares masculinos que pudessem administrar seus recursos, elas eram tuteladas por essa figura masculina determinada pela justiça. Essa modificação das leis também pode ser notada no que diz respeito às mulheres trabalhadoras. Para King, “conforme os séculos do Renascimento amadureciam, no entanto, os direitos das viúvas de sucederem seus maridos em negócios eram cada vez mais restritos”. (KING, 1991, p. 56-57). Essa conclusão da historiadora nos obriga a reconhecer que o período do Renascimento vai, aos poucos, fechando as poucas frestas de liberdade que as mulheres medievais ainda desfrutavam.

O discurso de submissão das mulheres é intensificado em outros aspectos, além da restrição à propriedade. Um deles é especialmente danoso. Eu me refiro aos cuidados do corpo feminino. Com o desenvolvimento das universidades europeias, o trabalho de parto, por exemplo, que era uma atribuição das parteiras, é progressivamente assumido pelos homens médicos. Enquanto o discurso dos teóricos, pregadores, teólogos consolidava o lugar da mulher na submissão, um certo discurso científico traduzia a natureza das mulheres avançando sobre seus corpos e restringindo esse lugar de cuidado que até então era assumido por mulheres, aos homens. Ao invés de desfazer os enganos do passado, tal como os que

constam perverso tratado do século XIII, *O Segredo das Mulheres (De secretis mulierum)*, o discurso renascentista, no que diz respeito à medicina, afasta as mulheres que até então exerciam as tarefas de cuidado do corpo feminino. Destarte a denúncia de Christine de Pizan, que retoma esse tratado e aponta seus gravíssimos problemas acerca das funções do corpo feminino, o texto influenciou os séculos seguintes, que tenderam a radicalizar as críticas às mulheres, complementando-o a partir de teses relacionadas à filosofia da natureza.

Assim, sujeita à vontade de outros na administração de seu próprio corpo, tanto quanto em suas relações sociais, a identidade das mulheres desvaneceu-se para o anonimato dentro do vínculo matrimonial. O controle masculino era correspondido pela insignificância feminina. A forma patriarcal de casamento estava calcada em uma atitude fundamentalmente negativa em relação às mulheres. A misoginia sempre foi uma forte corrente na civilização ocidental, e no Renascimento, o tema misógino, longe de diminuir, floresceu com a intensidade que caracterizava a época. Em um turbilhão de livros, poemas e panfletos demasiado vasto para ser relatado aqui, autores masculinos atacavam o sexo feminino e a instituição do casamento. Os oradores eram quase sempre homens, que viam as mulheres “como objetos ao mesmo tempo desprezíveis, aterrorizantes e tentadores”. Os ataques às mulheres eram apoiados pelo aparato da cultura erudita: filosófica, jurídica, teológica, médica, apoiadas na autoridade das Escrituras e dos Padres da Igreja, Aristóteles, Galeno e Tomás de Aquino. (KING, 1991 p. 47)

No que diz respeito à filosofia, eu ainda poderia adicionar muitos a essa lista. Constatase que, se o tema da maldade e vício das mulheres já aproximava os homens, como observou Christine de Pizan, no Renascimento, o tema do casamento e da submissão da mulher aos maridos os unia ainda mais. É impressionante o número de textos produzidos pelos teóricos (homens) do Renascimento sobre o tema da família. Eu poderia destacar o *Sobre a Família* do humanista e reconhecido arquiteto do século XV, o italiano Leon Battista Alberti, mas também Erasmo, para mencionar alguns dos mais conhecidos. King menciona também alguns textos que circulam menos entre nós, como o do humanista italiano Francesco Barbaro, do século XV segundo o qual “o casamento deveria ser um estado de ‘unanimidade’, onde ambos os parceiros compartilhavam uma só vontade” (KING, 1991, p. 35). Parece ser preciso completar a frase: a vontade do marido. Esse é um dos raríssimos pontos de concordância entre católicos, protestantes, humanistas, teóricos, médicos e escritores de modo geral. O lugar comum, ou a voz unívoca contra as mulheres, denunciada por Christine de Pizan, reforçada e radicalizada nos séculos do Renascimento.

Margaret King nos ajuda a compreender esse lugar de submissão e de supressão da vontade da mulher no modelo de casamento renascentistas.

Um casal pode amar, mas o marido estava no comando. A família se unia, mas a esposa era excluída do grupo econômico que não coincidia inteiramente com a unidade biológica de mãe, pai e filhos. As igrejas apoiavam a unidade doméstica, mas também a minavam ou invadiam e realçavam o papel de seu guardião masculino. A afirmação e reafirmação do controle masculino sobre as mulheres no casamento durante o Renascimento é um fato inescapável, por mais difícil que seja conciliar esse fato com outras impressões de uma era que redescobriu o significado da liberdade. (KING, 1991, p. 38)

O texto da historiadora ainda vai evidenciar como o protestantismo realçou o papel do patriarca. Ela retoma o texto *Dos Deveres Domésticos* do protestante William Gouge e sua afirmação segundo a qual “a extensão da submissão das esposas é ampla, se estende até todas as coisas” (KING, 1991, p. 38). A força dessa afirmação não deixa espaço para nenhum tipo de expressão de qualquer tipo de particularidade das mulheres, é propriamente a definição de completa servidão. Se a submissão das esposas é total, suas vontades, desejos, expressões particulares de qualquer natureza são absolutamente suprimidos pelos do marido. Parece que somente assim seria possível chegar à ‘unanimidade’ suscitada por Barbaro e, mais uma vez, ao ponto de encontro entre humanistas, protestantes e a um profundo coro de opressão às mulheres.

Mesmo o humanista que idealiza uma comunidade ideal e pacífica pressupõe a subordinação das mulheres aos homens. É o caso da afirmação categórica de Thomas Morus, segundo a qual, na cidade idealizada por ele, “as mulheres servem a seus maridos” (Morus, p. 100), sem alternativas ou meio termo. Ou seja, nem na *Utopia* (1516) havia espaço a autonomia feminina ou para algum tipo de paridade entre homens e mulheres. Nessa mesma linha argumentativa, tendo em vista acrescentar mais um exemplo, podemos nos dirigir ao tratamento que Montaigne dá ao tema da igualdade e sua relação com a liberdade. Ao pensar o tema da amizade¹⁴, o filósofo francês pressupõe a igualdade como condição necessária para que ela possa de fato acontecer. Nesse sentido, ao não reconhecer as mulheres em um lugar de paridade, chega a uma conclusão definitiva sobre a impossibilidade da amizade entre homens e mulheres. Montaigne, em seu ensaio intitulado *Da Amizade*, afirma: “acresce que

¹⁴ Sobre o tema da Amizade em Montaigne ver CARDOSO, 2009.

para dizer a verdade não é para corresponder à frequência e comunicação que alimentam essa sagrada juntura; nem sua alma parece bastante firme para suportar o amplexo de um laço tão estrito e duradouro” (MONTAIGNE, 2002, p. 278-279). Ao afirmá-lo, o autor destaca justamente a desigualdade entre homens e mulheres. Tal desigualdade se fundamenta sobretudo no argumento da inferioridade da natureza das mulheres.

Antes de voltarmos à questão da natureza, não podemos deixar de notar que Montaigne, assim como Maquiavel, pensam a relação entre igualdade e liberdade política. Essa reflexão, no entanto, exclui as mulheres. Elas aparecem em seus textos, mas o tratamento dispensado a elas parece ser marcado pela ideia de exclusão. Por isso, faz-se necessário ler as passagens em que esses autores mencionam tanto os homens quanto as mulheres com atenção. A filosofia costuma ser o lugar da precisão conceitual e a escolha da terminologia empregada pelos filósofos não é acessória aos seus trabalhos. No entanto, é relativamente comum ler intérpretes tomando “homens” no sentido de humanidade. Consideramos, sobretudo no que diz respeito aos filósofos do Renascimento, que não se pode ler “homens” no sentido de “humanidade” sem incorrer em anacronismo. O que eles denominam por “homens” são rigorosamente os “homens” e definitivamente o que compreendem por “homens” não inclui as mulheres. Somos nós, leitores e leitoras contemporâneos que consideramos que no lugar de “homens” caberia todo mundo, não eles! Somos nós, que ampliamos as afirmações que dizem respeito aos homens às mulheres. Pensamos igualdade e liberdade em termos de paridade de gênero, não os autores clássicos do Renascimento. Nós melhoramos os escritos dos filósofos ao tomar homens por humanidade. Só não podemos nos esquecer que esse movimento é nosso e distorce a precisão com que tais textos foram escritos. É uma correção e, ao mesmo tempo, é precisamente um anacronismo.

A questão da natureza, pressuposta em todos os textos escritos por homens que mencionamos até aqui, se põe principalmente pelo corpo da mulher. A exceção parece ser o texto de Montaigne que, como vimos, vai além e estende o problema da desigualdade entre homens e mulheres à alma. Para ele, tal como exposto aqui, a inferioridade da alma das mulheres impossibilita a amizade, tal como ele a define, entre homens e mulheres. Ainda assim, mesmo ultrapassando as considerações mais comuns acerca da inferioridade do corpo feminino e estendendo essa inferioridade à alma das mulheres, a questão ainda diz respeito à natureza das mulheres, tal como compreendida pelos autores do renascimento. Atravessamos o Renascimento e, mesmo perpassando séculos que discutiram igualdade e liberdade, o discurso em torno da inferioridade das mulheres não muda, ao contrário, ele é radicalizado.

Essa radicalidade pode ser pensada tanto do ponto de vista teórico, como vimos nos tratados protestantes, como por alterações nas leis que passaram a restringir o pouco acesso que as mulheres tinham à propriedade. O problema desse discurso é que ele tem consequências práticas. Margaret King vai mostrar que “a maioria dos códigos legais reconhecia o direito do marido de espancar sua esposa” (KING, 1991, p. 43). Ela recupera documentos que afirmam que “toda mulher casada podia esperar uma quantidade razoável de espancamento em algum momento” (KING, 1991, p. 44). A justificativa é pela educação, pois “bater é entendido como o ato responsável de um professor, de um superior moral, em resposta à falha de uma mulher” KING, 1991, p. 44).

Às mulheres o casamento era uma imposição. Subjugadas e pensadas a partir da ideia de ausência de autonomia, não havia escolha. No entanto, dependendo das circunstâncias, havia a possibilidade do convento (KING, 1991, p. 81-103). Do ponto de vista religioso, o convento não era uma opção para as protestantes. Da perspectiva do argumento filosófico da determinação de uma natureza feminina, o convento era uma forma de *trapacear a natureza*. Às mulheres que preferiam o casamento ao convento, lhes era negado o direito de escolha. Do mesmo modo, as que preferiam o convento ao casamento, igualmente não tinham escolha e, se essa fosse a vontade do pai, se casariam ainda que não o desejassem. Margaret King mostra como a vontade das devotas era ignorada. Ela cita Cecília Gonzaga¹⁵ e sua indignação diante da obrigação do casamento imposta por seu pai: “Por que sou retida contra minha vontade? Por que uma cela minúscula e a mesa modesta da humilde família de Cristo me são negadas?” (KING, 1991, p. 96). King evidencia a ausência de possibilidade de autonomia das mulheres. E, especificamente nesse caso, não se pode deixar de notar que nos referimos a uma mulher nobre. Em grande medida, a decisão do patriarca que se punha a casar suas filhas ou enviá-las ao convento estava relacionada a fatores econômicos. De modo geral, famílias humildes não viviam esse dilema porque a vida estava voltada ao trabalho e a destinação das filhas diziam respeito às formas possíveis de sobrevivência inevitavelmente atreladas ao trabalho. A escolha entre o casamento e o dote não estava ao alcance de todos e dependia de uma certa nobreza. Punha-se, no entanto, àqueles que não eram tão ricos a ponto de escolherem livremente, independentemente de seus recursos econômicos. A esses últimos, o convento era um artifício para resolver o problema do dote. Dependendo da quantidade de filhas, era menos custoso pagar a taxa do convento que um dote capaz de garantir a

¹⁵ Cecília Gonzaga, filha de Gianfrancesco Gonzaga, Marquês de Mântua, e pupila do humanista Vittorino da Feltre.

permanência da família em um determinado *status* social. Muitos pais preferiam depositar suas filhas em conventos a rebaixar a família, entregando-a pelo valor de um dote adequado a um marido cuja família era de *status* social inferior.

Um exemplo dessas mulheres que foram para o convento contra sua vontade, obrigadas pelo pai, é Arcangela Tarabotti (1604-1652). Enclausurada desde os doze anos, ela se vale do conceito de tirania para pensar a arbitrariedade das decisões dos pais ao se livrarem de suas filhas, enviando-as a uma cela em um convento. Seus textos que mais repercutiram são os tratados *Tirania Paterna* e *Inferno Monástico*, ambos publicados após sua morte. Sua voz rebelde e inconformada, que eu começo a chamar aqui de lampejo de resistência, denuncia a contradição entre a devoção a Deus, que para ela deveria ser espontânea, e o claustro. Ao invocar Deus, Tarabotti afirma que

Ele, de fato, se agrada do voto voluntário de virgindade mais do que de todos os outros sacrifícios oferecidos a Ele, mas, ao mesmo tempo, abomina o que é feito à força e o que é sagrado apenas em nome — a condição de freiras fechadas involuntariamente (embora completamente inocentes), como se fossem criminosas condenadas à prisão perpétua. (TARABOTTI, 2004, p. 41)

A afirmação conduz seu leitor a compreender a injustiça que a cela do convento representava. Tratava-se de uma privação de liberdade imposta sem que nenhum crime tivesse sido cometido, reconhecido socialmente pela sobreposição da vontade do homem que assume o controle da família sobre a qualquer mulher submissa a ele naquela ordem familiar. Seu primeiro capítulo do Livro I da *Tirania Paterna*, intitulado *O Crime do Enclausuramento Forçado*, já denuncia um problema relacionado ao tema da liberdade, tão discutido entre os filósofos do Renascimento. Ela o toma para denunciar o crime de encarcerar jovens mulheres contra a vontade delas e sem que elas tivessem cometido crime algum. De acordo com ela, “os mais católicos e espirituais entre eles — ou, melhor dizendo, os mais hipócritas — consideram seu direito oferecer jovens criaturas a Deus em sacrifício ilegal, a fim de preservar suas próprias vantagens” (TARABOTTI, 2004, p. 43-44). As vantagens eram muitas, já que a taxa para depositar as jovens no convento era mais baixa que o dote para uma família mais abastada, requisito para não rebaixar a classe social da família da jovem enclausurada. Também era um modo de se livrar de mulheres consideradas fora dos padrões de beleza da época ou que apresentassem qualquer tipo de característica física considerado

deficiente ou que dificultasse as tratativas de um casamento que garantisse à família um lugar social considerado adequado pelo homem da família.

Tendo em vista denunciar a privação de liberdade entre as mulheres e reivindicar paridade entre os sexos, ela recorre ao texto bíblico e toma o conceito de livre arbítrio como benção divina igualmente distribuído a homens e mulheres, assumindo como tirania a possibilidade de os pais depositarem suas filhas, ainda muito jovens, em uma cela para que lá passassem o resto de suas vidas. Ela identifica a arbitrariedade e a injustiça sobre as noviças presas injustamente, haja vista que nunca cometeram crimes. Seu texto é uma ode à liberdade e parece ressoar o rancor de uma inocente presa em um tempo que discutia incansavelmente a ideia de igualdade e sua relação com a liberdade política. Um dos seus principais argumentos parte do conceito de livre arbítrio, igualmente concedido por Deus a homens e mulheres. De acordo com ela,

a Providência Divina, afinal, concedeu livre arbítrio a Suas criaturas, quer masculinas ou femininas, e dotou ambos os sexos de intelecto, memória e vontade! Por meio dessas três faculdades, eles são capazes de evitar o mal evitável e buscar o bem de sua escolha por sua própria inclinação voluntária, não por medo servil. (TARABOTTI, 2004, p. 44)

A afirmação reivindica liberdade a partir da ideia de igualdade, o que coincide com o movimento feito pelos filósofos do período. As coincidências parecem se encerrar aí, pois as reivindicações de Tarabotti são mínimas se pensamos que dizem respeito ao encarceramento de mulheres jovens pela vontade arbitrária de seus pais ou homens de suas famílias. Nesse sentido, a argumentação filosófica da autora vai de encontro à definição clássica de tirania. Ela desassocia o convento ao amor a Deus e o aproxima à tirania dos homens que querem se livrar das mulheres, prendendo-as ali contra sua vontade e, para ela, contra a vontade de Deus também. Ela dedica a *Tirania Paterna* à “sereníssima República de Veneza”, sua cidade natal, e aponta o desprezo de tal República por suas mulheres (TARABOTTI, 2004, p. 37-38).

Esse parece ter sido um dos pontos de partida de Christine de Pizan, dois séculos antes. Ela, assim como mais tarde Tarabotti, parece ser um exemplo das mulheres que *trapacearam a natureza* e conseguiram escrever. Uma rara exceção, um lampejo de resistência. Apesar de não abandonar inteiramente o discurso que parte do princípio de uma natureza das mulheres, tomado em um sentido determinista e perpassado pelo corpo, ela se concentra em defender que essa natureza feminina não corresponde às afirmações da voz unívoca dos homens que pressupõem que “a mulher é profundamente má e inclinada ao

vício” (PIZAN, 2012, p. 59). O esforço de Pizan se volta à defesa da virtude das mulheres. Ela tem por objetivo demonstrar que as mulheres podem ser virtuosas, apesar de tantos textos de renomados escritores e filósofos afirmarem o contrário. Ela move sua pena no sentido de apontar as falácias nos escritos que se valem da generalização e da ignorância, principalmente no que dizia respeito ao corpo das mulheres, para defender as mulheres virtuosas. Sem generalizar, ela vai de encontro aos textos dos autores que se dedicaram a atacar as mulheres. Ao recuperar o texto de um desses filósofos como exemplo, Pizan expõe como eles se ocuparam de maldizer as mulheres. De acordo com ela, “em um tratado pomposamente intitulado *Da Filosofia*, esforça-se para demonstrar que é inconveniente aos homens terem consideração por uma mulher, qualquer que seja ela. Ele afirma que aqueles que mostram alguma estima pelas mulheres pervertem o próprio nome de seu livro” (PIZAN, 2012, p. 77). É diante desse tipo de afirmação que Pizan precisa se posicionar e é partindo dessa incompatibilidade entre as mulheres e a filosofia, tal como posta por homens (a exemplo do exposto acima) que ela escreve. Cícero, um dos filósofos mais lidos no período do Renascimento, também é mencionado pela autora. Segundo ela, “Cícero disse que o homem não deve nunca servir a uma mulher, pois seria se rebaixar, pôr-se a serviço de alguém menos nobre que si” (PIZAN, 2012, p. 82). Tal afirmação parte do pressuposto da inferioridade da natureza da mulher, que Pizan se empenha em desconstruir. Ela menciona ainda um autor que compara as mulheres às crianças, assim como autores que criticam as mulheres pelas especificidades de suas funções corporais, a exemplo do já mencionado *Segredo das Mulheres* (PIZAN, 2012, p. 80).

Tendo em vista desconstruir os argumentos dos filósofos, as questões suscitadas por Pizan passam pelos elementos que procuramos identificar aqui, sobretudo em defesa da autonomia feminina. Pizan identifica as falácias de cada um desses tratados, suscitados em seu *Cidade das Damas*, e põe por terra seus argumentos forjados em duras críticas às mulheres. Seu objetivo de provar que as mulheres podem ser virtuosas pressupõe a autonomia, a capacidade de arbitrar. Temas próprios do período do Renascimento também são suscitados, a ideia de igualdade como condição para a liberdade política, no entanto, é pensada por um registro distinto dos pensadores do Renascimento. Diferentemente deles, e ainda de modo acanhado, Pizan se põe a pensar em uma certa ideia de igualdade entre homens e mulheres, como pares, companheiros. Dispõe-se contra aqueles que são incapazes de reconhecer as virtudes das mulheres. Nesse sentido, seguindo a argumentação de Pizan, as mulheres que não executavam as mesmas habilidades que os homens não o faziam porque

estavam privadas de aprendê-las, porque não tinham acesso à educação. Pizan procura mostrar que uma vez submetidas aos mesmo ensinamentos que os homens as mulheres são capazes de aprendê-los tão bem quanto eles¹⁶. Acrescenta-se a este problema que às poucas mulheres que, assim como Pizan, puderam aprender restava a desconfiança. A crença na incapacidade e na inferioridade das mulheres tinha por consequência a falta de reconhecimento. Isso nos conduz a pensar que as mulheres filósofas aparecem como lampejos não porque sua natureza é inferior, como pensava a maior parte dos homens do renascimento, mas porque seus trabalhos não foram reconhecidos pelos seus méritos. Além de incessantemente incentivadas à modéstia e ao silêncio, ensinadas desde cedo a se recatar no ambiente doméstico, as poucas que puderam aprender e se aprofundar não tinham reconhecimento. Muitas vezes não buscaram reconhecimento, muitos dos textos que chegaram até nós são publicações póstumas. Nesse sentido, Christine de Pizan é um caso ímpar de uma mulher escritora que conseguiu ser lida e traduzida enquanto estava viva. No mais das vezes os escritos das mulheres foram prematuramente descartados como indignos, resultados vindos de seres pressupostamente inferiores e, portanto, ignorados pelo fato de terem sido escritos por mulheres.

Os lampejos que ousaram escrever contra a voz uníssona que ecoava contra as mulheres se impuseram como resistência. Suas vozes ecoaram, mas não o suficiente para impedir o apagamento de seus textos ao longo da história da filosofia. Os lampejos são o que são, um pequeno brilho na escuridão que não tem força para perdurar sua luz e logo é apagado pelas sombras que perpetuam a treva. Retomar os textos dessas filósofas é uma tentativa modesta de prolongar, ainda que por um breve instante, a durabilidade do lampejo que seus escritos filosóficos representam. A história da filosofia foi contada por homens que deixaram de lado as mulheres filósofas. Os escritos filosóficos dessas mulheres trazem uma reflexão sobre as mulheres — e sobre a natureza das mulheres — muito diferente daquela apresentada pelos filósofos homens. Conhecer os textos dessas filósofas é imprescindível para que possamos compreender melhor o que a filosofia tem a dizer sobre as mulheres. Tendo em vista que os textos sobre as mulheres, que chegaram até nós, foram escritos por homens, é importante recuperar os textos filosóficos das mulheres tendo em vista compreender como a filosofia delas põe em discussão as próprias mulheres, assim como outros temas de investigação filosófica. Nesse sentido, nos resta resistir em reivindicar espaço

¹⁶ Tratamos o tema da educação das mulheres a partir da obra *Cidade das Damas* de Christine de Pizan em BENEVENUTO, 2021.

para todas as mulheres filósofas que conseguirmos descobrir, identificar, investigar. Seus esforços não foram em vão, seus textos nos permitem perceber a perenidade de um discurso há muito tempo denunciado e que só conseguimos identificar sua força, perigo e longevidade por causa dos escritos dessas mulheres que nos antecederam.

Por fim, a questão que nos parece imperativa aqui é que o discurso importa. O Renascimento se põe para as mulheres pela perspectiva do conservadorismo, da restrição de direitos que já tinham uma dimensão muito estreita. Os textos dos filósofos do período reforçam e endossam esse discurso. Vimos aqui o esforço do discurso dos pensadores humanistas em apartar as mulheres da propriedade e do espaço público, tratando-as como inferiores e naturalmente submissas, sem arbítrio, sem autonomia. Dadas as dificuldades do tratamento imposto às mulheres no período, a possibilidade de se dedicar à escrita era rara e restrita. Mesmo havendo mulheres letradas, as filósofas do Renascimento são como lampejos. Faíscas que a misoginia do período não conseguiu constringer inteiramente. Elas existiram, mas aparecem como faíscas que escaparam de algum modo quase inexplicável às circunstâncias de seu tempo. Christine de Pizan é um desses lampejos de resistência. Sua obra suscita o que reconhecemos como *querelle des femmes*, debate que inspirou outras pensadoras nos séculos subsequentes. Os textos dessas mulheres também expressam algumas das questões debatidas pelos homens no Renascimento, questões que diziam respeito à inclusão das mulheres na unidade da vida familiar, na vida pública e no debate filosófico. Esse debate, no entanto, não as incluiu de fato. Mulheres como Christine de Pizan, Isotta Nogarola, Laura Cereta, Arcangela Tarabotti, são lampejos de resistência no Renascimento, invisibilizadas pelo discurso misógino reforçado em seu tempo, e receio que esse problema não seja uma exclusividade desse período.

De fato, o discurso subjacente ao lugar de submissão das mulheres no Renascimento não parece ter se originado ali. Ele pode ter se intensificado no Renascimento, mas é anterior. Nicole Loraux, no início do seu livro intitulado *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher*, adverte seu leitor:

o ouvinte da tragédia levará vantagem sobre o espectador: tudo passa pelas palavras, porque tudo se passa nas palavras, principalmente a morte. Investigando as modalidades trágicas da morte das mulheres, nada encontro que seja visto ou que seja primeiro visto. Tudo começou por ser dito, por ser imaginado — visão nascida das palavras e presa a elas. (LORAUX, 1988, p. 6-7)

A autora explica as razões históricas de não se encontrar nada além da narração. As mulheres estavam reclusas no interior das casas, lugar reservado e sagrado de sua ancestralidade, como mostra o texto de Fustel de Coulanges¹⁷. Pouco se sabe sobre mulheres que viviam presas nesse modo de vida restrito à família, fora do espaço público. Ao narrar a morte das virgens a partir das narrativas das tragédias, Loraux dispara: “faz bem matar as moças em pensamento, em narração” (LORAUX, 1988, p. 11). A partir do impacto dessa afirmação, Loraux pondera a questão do discurso contra as mulheres e conclui: “ao menos não se deve subestimar o benefício imaginário muito real que essas mortes apenas ditas deviam trazer a um público de cidadãos” (LORAUX, 1988, p. 11). Parece ser possível saltar dessa afirmação de Nicole Loraux sobre as mulheres nas tragédias gregas para os dados acerca da violência doméstica e de feminicídio hoje¹⁸. Do ponto de vista filosófico, Christine de Pizan, Arcangela Tarabotti e tantas outras já haviam compreendido que o discurso importa e se fizeram resistência. Quando pensado sob aspectos mais cotidianos, esse discurso mata, até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *QUID TUM? O combate da arte em Leon Batista Alberti*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BENEVENUTO, Flávia. Christine de Pizan: razão e a educação das mulheres na ‘Cidade das Damas’. IN: *Perspectiva Filosófica*, vol. 48 n. 2, p. 43-68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/perspectivafilosofica/article/view/251910/39690>

BENEVENUTO, Flávia. *Maquiavel e a Figura do Governante*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

BENEVENUTO, Flávia. Maquiavel: do cosmos medieval ao renascentista, a fortuna e as circunstâncias da liberdade. IN: *VERITAS*, v. 59, p. 59-85, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/13090>

¹⁷ COULANGES, 2004.

¹⁸ Conforme os dados crescentes de feminicídio no Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARDOSO, Sérgio. Sobre a Civilização do Renascimento. In: PINTO, F. M. & BENEVENUTO, F. (orgs) *Filosofia, Política e Cosmologia: ensaios sobre o renascimento*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017.

CARDOSO, Sérgio. Paixão da Igualdade, paixão da Liberdade: a amizade em Montaigne. In: NOVAES, A. (org.) *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação Primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 13/02/2023.

GARIN, Eugenio. *L'Humanisme Italien: Bibliothèque de l'évolution de l'humanité*. Traduit de l'allemand et de l'italien par Sabina Crippa ET Mario Andrea Limoni. Paris: Albin Michel, 2005.

KING, Margaret. *Women of the Renaissance*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

LE GOFF, Jacques (org). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

LORAUX, Nicole. *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher: imaginário da Grécia Antiga*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Zelia de Almeida Cardoso. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*, Livro I, 28 (Da Amizade). São Paulo, Martins Fontes, 2002.

MOTERANI, Geisa; CARVALHO, Felipe. Misoginia: A Violência Contra a Mulher Numa Visão Histórica e Psicanalítica. IN: *Averso do avesso* v.14, n.14, p. 167-178, 2016. Disponível em: [v14_artigo11_misoginia.pdf \(feata.edu.br\)](#)

MORUS, Thomas. *Utopia*. Edição Ridento Castigat Mores (eBooksBrasil.com), 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo - Rio de Janeiro, 2017.

PITKIN, Hanna Fenichel. *Fortune is a Woman*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1999.

PIZAN, Christine de. *A Cidade das Damas*. Tradução e apresentação Luciana Eleonora de Freitas Calado. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

TARABOTTI, Arcangela. *Paternal Tyranny*. Edited by Letizia Panizza. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004.